

FERNANDA FRACAROLI GARCIA

O DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Flávio de Oliveira Gonçalves

CURITIBA
2007

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDA FRACAROLI GARCIA

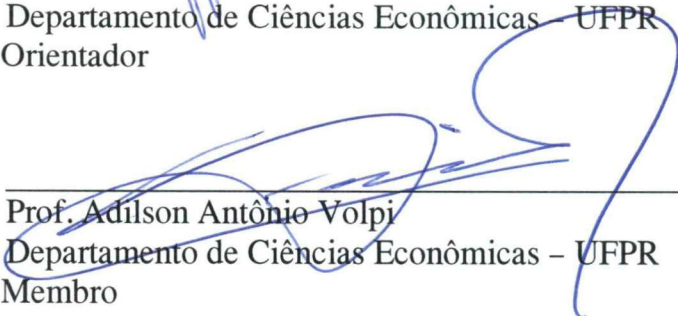
O DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

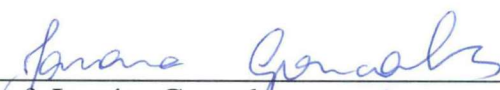
Orientador:



Prof. Flávio de Oliveira Gonçalves
Departamento de Ciências Econômicas – UFPR
Orientador



Prof. Adilson Antônio Volpi
Departamento de Ciências Econômicas – UFPR
Membro



Prof. Janaína Gonçalves
Departamento de Ciências Econômicas – UFPR
Membro

Curitiba, novembro de 2007

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus por permitir que, através de uma longa caminhada e a todo instante ao meu lado, chegasse à realização de um sonho: a graduação.

Ofereço este trabalho a algumas pessoas muito especiais em minha vida e que, infelizmente, não puderam, fisicamente, estar presente em momentos importantes como este: a minha querida avó Enedina Silva Garcia e aos meus estimados tios Marco Antônio Fracarolli, Antônio Garcia e Cláudio Roberto Fracarolli.

Meu muitíssimo obrigada a meus pais, Vera Alice e João Donizeti e a meus irmãos, Murilo e Rodolfo, pelo apoio, incentivo, compreensão e amor que sempre demonstraram. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, em todos os momentos da minha vida, sejam eles alegres ou tristes. Obrigada, principalmente, por todo o apoio recebido durante os anos da graduação. Obrigada pela força que me deram e pela grande torcida que fizeram. Agradeço também pela paciência que tiveram comigo, entendendo e suportando todos os meus momentos de ausência, nervosismo e ansiedade.

Estendo, também, meus sinceros agradecimentos as minhas cunhadas, Carin e Bruna, por estarem sempre comigo e torcendo por mim.

Obrigada também a duas mulheres especiais em minha vida: minhas madrinhas Neuza e Célia, pelas quais tenho imenso carinho e admiração.

Agradeço a Professora Dayani Cris de Aquino, que inicialmente orientou-me com este trabalho e ao Professor Flávio de Oliveira Gonçalves, meu orientador que me ajudou a chegar até aqui.

Muito obrigada aos amigos que fiz durante os tempos de faculdade. Amigos que se tornaram muito importantes e que levarei comigo por toda a vida. Agradeço pela amizade e companheirismo, pelas boas risadas e pelas ajudas quando necessárias. Em especial, sinceros agradecimentos à Iuçara Kalita Camolezi Martos e Fábio Augusto de Proença, inicialmente dois colegas, mais tarde, grandes amigos e hoje, verdadeiros irmãos.

Um agradecimento especial à Solide Maria Paiola. Colega de trabalho, chefe e, atualmente, uma grande amiga, da qual sinto imensas saudades.

*"De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre
começando,
A certeza de que é preciso continuar,
A certeza de que seremos interrompidos
antes de terminar.
Portanto devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo,
Da queda um passo novo de dança,
Do medo, uma escada,
Do sonho, uma ponte e
Da procura, um encontro."*

(Fernando Pessoa)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
INTRODUÇÃO	1
1 DEFINIÇÕES E TIPOS DE DESEMPREGO	3
1.1 FATOR TRABALHO: DEFINIÇÕES PARA O CONCEITO DESEMPREGO	3
1.1.1 O desemprego subdividido em três tipos	4
1.2 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO	5
2 INOVAÇÃO: UMA ABORDAGEM SCHUMPETERIANA	7
2.1 A CONCORRÊNCIA COMO DETERMINANTE DA INOVAÇÃO	7
3 O CENÁRIO DOS ANOS 90: O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO	10
3.1 DA ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA À ABERTURA COMERCIAL	10
3.1.1 O cenário brasileiro no início dos anos 90.....	12
3.1.2 Os ganhos inflacionários dos bancos	14
3.2 A ABERTURA DO SETOR AO CAPITAL ESTRANGEIRO	16
3.3 O AJUSTE DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO	19
3.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA – CUSTOS, TECNOLOGIA E TERCEIRIZAÇÃO	23
4 EVOLUÇÃO DO (DES)EMPREGO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO	28
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RECEITA INFLACIONÁRIA DOS BANCOS – BRASIL DE 1990 A 1995	16
QUADRO 2 – ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO DE 1990 A 1994	20
QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS BANCOS BRASILEIROS (1990-1997)	25
QUADRO 4 – POSTOS DE TRABALHO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO (1989-2000)	28
QUADRO 5 – NÚMERO DE BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS NO BRASIL DE 1993 A 1998	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	- Banco Central
BCB	- Banco Central do Brasil
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CPD	- Centro de Processamento de Dados
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FEBRABAN	- Federação Brasileira de Bancos
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
PDV	- Programa de Demissão Voluntária
PEA	- População economicamente ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PROER	- Programa de Estímulo ao Fortalecimento e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional
PROES	- Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
SEADE	- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SFN	- Sistema Financeiro Nacional

RESUMO

O século XX foi marcado por diversas e intensas transformações no cenário mundial. Com a globalização econômica e financeira, o Brasil também passou por diversas mudanças, reestruturando-se para acompanhar tais processos. A abertura comercial ocorrida no Brasil, na década de 1990, trouxe além dos fluxos de capitais, a concorrência entre os países. Tal concorrência impôs ao país uma reestruturação produtiva, passando por diversas mudanças organizacionais e tecnológicas, a fim de manter a competitividade. O Sistema Financeiro Nacional, especificamente o Sistema Bancário, registrou drástica redução nos postos de trabalho, em virtude de mudanças estruturais, tanto em bancos públicos quanto privados. Fusões, incorporações e aquisições reduziram drasticamente o número de instituições financeiras que atuavam no país nos anos 90. Concomitantemente, e não menos importante, a automação bancária fez com que diversos postos de trabalhos fossem substituídos por equipamentos.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira, dentre seus pouco mais de quinhentos anos de existência, passou por inúmeras mudanças, sejam elas estruturais ou conjunturais, exigindo constante adaptação por parte de seus agentes econômicos. Nesse contexto, diversos setores da economia acabam por viver em adaptação continuamente, haja vista as inúmeras e velozes transformações às quais são submetidos. É o caso do Sistema Financeiro Nacional e, em especial, dos bancos (públicos e privados) que, principalmente após a década de 60, sofreram diversas transformações, dadas as situações vivenciadas em cada período.

Juntamente com as constantes mudanças e adaptações pelas quais a economia brasileira passou ao longo dos anos, percebe-se, também, uma mudança quanto ao comportamento dos níveis de emprego nos mais variados setores da economia. Analisando números que retratam os níveis de emprego e as taxas de desemprego desde 1963, data da criação do Banco Central da República do Brasil (hoje denominado Banco Central do Brasil), verifica-se uma drástica redução nos postos de trabalho do setor bancário nos anos noventa.

Há diversas hipóteses para tal redução nos níveis de emprego do setor bancário brasileiro, atuando conjunta ou individualmente. A globalização do sistema financeiro, a abertura comercial brasileira em meados de 1990, privatizações, fusões, incorporações, terceirizações de serviços e automação bancária estão entre as principais causas do aumento da taxa de desemprego e são o centro de diversos estudos sobre o visível aumento no número de demissões ocorridas nesse período.

Para tanto, é necessário compreender como as hipóteses acima se interagem, uma vez que, mesmo incidindo de forma individual sobre o comportamento dos níveis de emprego do setor bancário, não há como trabalhar as hipóteses, isoladamente ou não, sem antes ter o conhecimento de como deu-se o processo de abertura comercial, a entrada de novos bancos estrangeiros no país, o aumento da concorrência local, entre outros.

Entretanto, trata-se de um assunto vasto e com várias vertentes. Assim, para efeitos de estudos do presente trabalho, será feita uma pequena e sucinta revisão histórica, com o relato de importantes acontecimentos que influenciaram diretamente o sistema financeiro nacional, especialmente nos bancos, desde o processo de reestruturação enfrentado pelo sistema financeiro nacional até a abertura da economia brasileira.

O Brasil passou por diversos planos de estabilização, como o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão, que se tornaram cruciais para a tomada de decisões e para o processo de reestruturação para dentro (reorganização interna), um redirecionamento das estratégias das instituições financeiras, uma vez que os ganhos inflacionários já não se faziam presentes, principalmente após a implantação do Plano Real, em julho de 1994.

Assim sendo, a presente monografia tem por objetivo investigar, analisar e avaliar algumas das principais causas do comportamento do nível de emprego do setor bancário brasileiro (instituições financeiras) ao longo dos anos da década de noventa.

O trabalho organiza-se em quatro capítulos, além de introdução e conclusão, onde o primeiro e o segundo capítulos trazem a fundamentação teórica do estudo, definindo o fator trabalho e os conceitos de desemprego e a inovação como determinada pela concorrência, respectivamente.

O terceiro capítulo faz uma revisão histórica do cenário nacional (e alguns acontecimentos internacionais) nos anos 90, enfatizando fatos que influenciaram o comportamento do Sistema Financeiro Nacional, com ênfase ao setor bancário brasileiro.

A quarta parte do trabalho mostra a evolução do desemprego no sistema bancário nacional, que passam a atuar em ambiente competitivo.

Por fim, segue a conclusão, que contempla as percepções obtidas através do estudo desse importante período da Economia Brasileira.

1 DEFINIÇÕES E TIPOS DE DESEMPREGO

O presente capítulo tem a finalidade de dar conhecimento de alguns conceitos e definições sobre emprego e, principalmente, desemprego, bem como o entendimento sobre os tipos de desemprego existentes.

Este capítulo acaba por ser referencial para o estudo, uma vez que, o objetivo de elucidar os conceitos e a caracterização do desemprego, torna-se fundamental para o entendimento das principais causas que acarretaram o aumento nas taxas de desemprego no setor bancário brasileiro.

1.1 FATOR TRABALHO: DEFINIÇÕES PARA O CONCEITO DESEMPREGO

Segundo ROSSETTI (2002, p. 102 a 105), o fator trabalho é determinado pela parcela economicamente mobilizável da população total de determinada região, cidade, país, dividindo-se em ativo e inativo. Conceitualmente, a população economicamente ativa (PEA) é composta por três grupos: empregadores, empregados e autônomos por conta própria.

Ainda segundo ROSSETTI (2002, p. 105), sob condições normais, a PEA representa, em magnitude, maior número que os desempregados. Entretanto, as relações de proporção entre as forças de trabalho economicamente ativa e inativa podem ser determinadas e alteradas devido a combinações de fatores sazonais, conjunturais, estruturais, ou ainda ligado a preferências individuais.

ROSSETTI (2002, p. 104) retrata que, embora apta a realizar a força de trabalho, uma parte da população economicamente mobilizável, em todos os países, encontra-se à margem do processo produtivo, caracterizando-se a inatividade. Conforme o parágrafo anterior, essa inatividade pode ser voluntária ou não. O desemprego voluntário é composto por indivíduos que o tem por opção de vida, cujas características são de organização social e de cultura da sociedade, ou ainda por aqueles que sobrevivem com rendimentos originários de outros fatores de produção de sua propriedade. O desemprego involuntário é o resultado da incapacidade da

economia em ampliar, ou até mesmo manter, as oportunidades ocupacionais para o contingente apto para o trabalho.

Conforme ROSSETTI (2002, p. 104), o desemprego involuntário pode originar-se em razão de processos tecnológicos empregados, oscilações conjunturais, como altas e baixas nos níveis de atividade econômica, e movimentos sazonais.

O desemprego de natureza estrutural está intimamente ligado a mudanças que ocorrem na estrutura produtiva de determinada região, que acarretam desajustes entre oferta e demanda de trabalho. Já o desemprego conjuntural relaciona-se às mudanças nos níveis de atividade econômica, como aceleração ou desaceleração das taxas de crescimento de uma economia que pode aumentar ou diminuir as taxas de desemprego (GREMAUD, VASCONCELOS e TONETTO JR, 2002, p. 107).

A necessidade de analisar as origens do desemprego está fundamentada no fato de que, assim como as origens são distintas, diferentes também podem ser as conseqüências e as formas de combate do mesmo.

1.1.1 O desemprego subdividido em três tipos

Os desempregados, involuntariamente, dividem-se em três tipos, conforme citado anteriormente, dada a origem do desemprego: estrutural, friccional e conjuntural (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JR., 2002, p. 108-110).

- Desemprego estrutural:

A determinação do desemprego estrutural relaciona-se com as mudanças na estrutura produtiva da economia, sendo comum a geração de ganhos de produtividade e eliminação dos postos de trabalho.

- Desemprego friccional:

Este tipo de desemprego é causado por desajustes momentâneos no mercado de trabalho e pode ser observado, por exemplo, em períodos de altas taxas de crescimento econômico.

- Desemprego conjuntural:

O desemprego conjuntural é determinado pelas flutuações da atividade econômica, acentuando-se em períodos de queda no consumo, bem como em investimentos produtivos (baixa demanda agregada). Em geral, observa-se retração da atividade econômica, impactando negativamente sobre o nível de emprego da região.

Entretanto, partindo do objetivo central deste trabalho, cabe uma ênfase especial ao desemprego estrutural, uma vez que, analisando o contexto histórico e econômico da década de 1990, observa-se grande reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro, bem como subcontratação e intensificação do trabalho (SEGNINI, 1999, p. 183).

1.2 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO

O desemprego tecnológico, originado através de mudanças no processo produtivo, como a modernização tecnológica, foi objeto de estudo de importantes economistas, como David Ricardo, Marx e Schumpeter.

Segundo ALCOUFFE e PARIENTE¹ (2006, p. 383), mudanças na estrutura de produção, juntamente com a experiência (learning-by-doing) conduzem a uma melhoria da performance e, portanto, a ganhos de produtividade (progresso técnico). Esse progresso técnico tem, diretamente, efeitos compensadores, como o aumento da produção em setores fornecedores de insumo, e um efeito negativo sobre a demanda agregada do trabalho.

ALCOUFFE e PARIENTE (2006, p. 386), sobre o desemprego tecnológico, dizem que:

“A exclusão do mercado de trabalho é a primeira consequência nefasta imputável à inovação. Os efeitos imediatos da introdução de máquinas na produção chamaram a atenção dos contemporâneos da Revolução Industrial, suscitando temores de desemprego tecnológico.”

¹ Textos traduzidos por Tamás Szmrecsányi, publicado na obra Economia da Inovação Tecnológica, organizada por PELAEZ, Victor e SZMRECSÁNYI, Tamás, 2006.

Assim, conjuntamente com os conceitos de desemprego, faz-se necessária uma abordagem sobre o conceito de inovação, bem como a herança Schumpeteriana (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 112). Portanto, o capítulo seguinte traz uma visão Schumpeteriana da inovação e do progresso técnico, bem como a concorrência que, segundo POSSAS (2006, p. 13), age como um dos determinantes do processo de inovação.

2 INOVAÇÃO: UMA ABORDAGEM SCHUMPETERIANA

Joseph Alois Schumpeter, um dos mais importantes economistas do século XX, embora Marx tenha ressaltado a importância do progresso técnico na determinação da dinâmica do sistema capitalista, foi o primeiro a trazer a mudança tecnológica ao centro da análise econômica. Schumpeter comparou a economia a um organismo com células constantemente morrendo e sendo substituídas e através deste processo, que foi chamado de “destruição criadora”, o organismo cresce e se desenvolve (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 112).

O presente capítulo tem como principal finalidade embasar e referenciar o estudo do comportamento do desemprego no setor bancário na década de 1990, que será feito no quarto capítulo deste trabalho.

2.1 A CONCORRÊNCIA COMO DETERMINANTES DA INOVAÇÃO

A palavra concorrência tem como definição as formas de mercado com inúmeros concorrentes e livre entrada de novos produtores. Para entender o processo da concorrência como uma “passagem” à inovação, segundo POSSAS (2006, p. 14):

“(...) propomos uma forma de abordagem da concorrência e de seu palco de atuação – os mercados – mais compatível com as visões evolucionárias da economia capitalista, especialmente as inspiradas na herança schumpeteriana (...)”.

A concorrência trata-se de um processo de seleção e, para tanto, é de fundamental importância compreender como se dá tal seleção (processo seletivo) e como interage com seu ambiente seletivo (o mercado).

Economicamente falando, o significado do termo concorrência passou por modificações, apropriando-se, de forma relativamente lenta, de novo conceito. Ainda no século XVIII, a livre concorrência consistia na existência de livre comércio e não a conotação de disputa. Com o passar do tempo, concorrência tornou-se antítese de

monopólio, assumindo o sentido de um modelo de mercado com ausência absoluta de monopólio. Ao afirmar que a concorrência trata-se de um processo, é necessário dar ênfase às permanentes modificações que ele estimula nos mercados, bem como nas maneiras de se produzir, ou seja, na maneira de inovar, sendo este o cerne do processo de concorrência, segundo Schumpeter (POSSAS, 2006, p. 15).

O processo de concorrência dá-se em seu *locus*, o mercado, que compreende os atores que concorrem (disputam) entre si. Tal mercado é composto pelas firmas, que correspondem aos “agentes decisórios principais no processo de concorrência. São elas que decidem o que e como produzir, e que buscam conscientemente a criação de vantagens competitivas” (POSSAS, 2006, p. 32).

Segundo AREND e CÁRIO (2005, p. 11), há três conceitos que devem ser considerados quando aborda-se o tema inovação: apropriabilidade, cumulatividade e oportunidades tecnológicas. Tais elementos originam a conformação do mercado.

A inserção de avanços, que se traduz na apropriação de ganhos extraordinários e cuja concorrência é de fundamental importância para que ocorra a inovação, consiste na apropriabilidade de uma inovação, ocasionando a geração de monopólios temporários, possibilitando tais ganhos, como marcas, direitos autorais, patentes, entre outros.

Para tanto, é necessário que tais ganhos estejam atrelados a um processo de cumulatividade, segundo conceito necessário para a geração de assimetrias e prosseguimento das inovações. A cumulatividade consiste na abertura de espaço para inovações posteriores, proporcionando certa “dianteira” para aquele que a iniciou, tendo maiores e melhores condições de prosseguir inovando.

Ao conjunto de possibilidades que uma ou mais inovações abrem de incorporar os avanços, bem com a geração de novos produtos e processos de produção configuram o terceiro elemento, chamado de oportunidade. Assim, os três elementos acima citados, quando combinados, podem servir para mudar um mercado e desfazer assimetrias já existentes.

O capítulo a seguir retrata o cenário brasileiro na década de noventa, bem como os principais acontecimentos na economia nacional (e alguns acontecimentos além das

fronteiras brasileiras), para que, através desse retrato, seja traçado o comportamento dos níveis de emprego no setor bancário brasileiro, objetivo central de estudo do presente trabalho.

3 O CENÁRIO NOS ANOS 90: O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

O cenário do Sistema Financeiro Nacional da década de 90 no Brasil, em grande parte, é resultado de diversos acontecimentos dos anos 80, que ficou conhecida, dentre historiadores e economistas, como a “década perdida”. Assim, torna-se necessária uma passagem por tais fatos, para melhor compreensão da década seguinte.

3.1 DA ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA À ABERTURA COMERCIAL

Desde o início da década de 80, a economia brasileira passava por uma grave crise, haja vista a estagnação econômica e elevadíssimas taxas de inflação. Segundo Antônio Corrêa de Lacerda, a crise enfrentada nos anos 80 foi a pior crise pela qual o país passou, desde 1930 (LACERDA, 2003, p. 164).

Ainda segundo LACERDA (2003, p.), entre os anos de 1981 e 1983, a queda no ritmo do crescimento foi atribuída ao grande esforço de ajustar a economia, ocasionado pela crise da dívida externa contraída na década anterior. Nos três anos seguintes, de 1984 a 1986, houve reequilíbrio da balança comercial, graças à desvalorização cambial, proporcionando um crescimento baseado no aumento do consumo nacional. Porém, com o fracasso do Plano Cruzado e a moratória da dívida externa, em 1987, a crise volta a “assombrar” a economia nacional.

O aumento do endividamento do setor público nacional (intimamente relacionado ao endividamento externo, à estatização dessa dívida externa e, principalmente, à interrupção dos fluxos financeiros internacionais usados, repetidamente, na rolagem da dívida externa até a moratória mexicana na primeira metade dos anos 80) e o processo inflacionário que se intensifica no final dos anos 80, após o fracasso dos planos de estabilização, constituem os elementos mais importantes na consolidação da posição estratégica do sistema financeiro da economia nacional, que vai lhe permitir uma significativa apropriação da renda gerada (BAER, 2002, p. 32).

A combinação do endividamento público crescente com o processo inflacionário e uma política monetária caracterizada pelos juros altos, muito acima do nível de preços, constitui um ambiente ideal para a expansão do sistema financeiro presente no país. A fim de verificar a importância do papel da inflação nos ganhos do sistema financeiro, é suficiente registrar levantamento do Banco Central a respeito dos “ganhos inflacionários” (o “*float*”) do sistema bancário no Brasil, que chegou ao patamar de US\$ 8,5 bilhões em 1991 (GUIMARÃES NETO, 1996). O sistema financeiro arrecadou em 1993, ano em que houve inflação alta durante o ano todo, cerca de US\$ 9,8 bilhões. Esses US\$ 9,8 bilhões representaram os recursos transferidos da população para o sistema financeiro. Esse número cai substancialmente em 1994 para US\$4,5 bilhões e em 1995, ano de baixa inflação, comparativamente a anos anteriores, essa cifra reduz-se para cerca de US\$ 480 milhões. Isso significa uma diferença de cerca de US\$ 9 bilhões. O excesso de renda transferida ao sistema financeiro era causado pela inflação. A inflação é interessante ao banqueiro (GUIMARÃES NETO, 1996).

Na década de 80, o processo inflacionário no Brasil esteve fortemente influenciado pela crise da economia mundial. A paralisação do ritmo de empréstimos nos bancos privados, a expressiva elevação nos preços do petróleo e o alto aumento nas taxas de juros tiveram efeitos significativos na economia, provocando estrangulamento cambial e acentuando as incertezas cambiais. Além do impacto direto sobre a formação e preços, por meio de seus efeitos sobre os custos de produção, a instabilidade do sistema monetário internacional e a necessidade de promover grandes transferências de recursos ao exterior repercutiram negativamente e limitaram a capacidade das autoridades de fazer política monetária.

Conforme retratado por SIMONETTO e TRICHES (2005, p. 25), o governo brasileiro, a fim de conter tal processo inflacionário, realizou inúmeras tentativas entre as décadas de 80 e 90, destacando-se os planos econômicos de estabilização. O Plano Real foi o programa brasileiro de estabilização econômico mais bem sucedido no combate à inflação. Um conjunto de condições políticas, históricas e econômicas permitiu com que o governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um

programa de longo prazo. Organizado em etapas, resultou no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994.

3.1.1 O cenário brasileiro no início dos anos 90

A economia brasileira, no início da década de 90, passou por um forte processo de abertura comercial ao exterior, estímulo às privatizações, renegociação da dívida externa e desregulamentação o mercado, enquanto a estabilização econômica permanecia um desafio ao governo brasileiro.

Ao criar a nova moeda, o governo deixou de impor congelamentos de preços, a exemplo de planos econômicos anteriores, além de induzir a redução de compras de artigos de primeira necessidade. A confiança do povo na estabilidade da nova moeda e na manutenção do poder aquisitivo fez com que levou os consumidores deixassem suas compras para o futuro. Isso fez com que os preços de bens e serviços mantivessem estáveis ou fossem reduzidos. O primeiro resultado observado foi a redução da taxa de inflação, ratificando as expectativas do governo (SIMONETTO E TRICHES, 2005, p. 08).

Citado pelos autores do parágrafo anterior, como medida complementar, logo após a adoção do Plano Real, o governo deixou a taxa de câmbio flutuar livremente entre os meses de julho e dezembro de 1994, com o objetivo de reduzir mais rapidamente a inflação. No entanto, com a apreciação cambial resultante, o comércio externo tornou-se mais intenso devido ao aquecimento do consumo interno, implicando déficits crescentes em conta corrente.

Ainda segundo SIMONETTO e TRICHES(2005, p. 18), a crise mexicana ocorreu no momento em que tanto o consumo como o déficit em transações correntes atingia patamares elevados, impactando as expectativas brasileiras. Assim, o governo manteve uma política monetária mais restritiva. A estratégia baseava-se na taxa de juros doméstica de curto prazo e nas exigências de reservas altas sobre os bancos, a fim de controlar a expansão do crédito. Além disso, a ausência de um horizonte

previsível, na adequação dos problemas estruturais apresentados pela economia, deixaram reduzidas margens para a queda na taxa de juros.

Tais questões estão associadas ao endividamento público interno e externo, ao alto custo comparativo do país e à baixa resposta da oferta agregada. A opção era política monetária pelo Banco Central de evitar a forte saída de capitais e, principalmente, manter controle rígido das pressões inflacionárias verificadas na economia (SIMONETTO e TRICHES, 2005, p. 19). Dentro da mesma linha de raciocínio, segundo BATISTA JR. (1999, p. 12), esse enfoque explica os esforços dos grandes bancos brasileiros para antecipar-se ao provável êxito da política inflacionária no começo dos anos 1990.

Um dos pontos principais desta orientação, segundo CARVALHO (2003, p. 02-03), foi o aumento generalizado e crescente do crédito a partir de 1992, como resposta a três fatores: a redução da receita nas operações com títulos, após a grande redução da dívida pública em mercado no Plano Collor, de março de 1990, e o fim das aplicações *overnight* no Plano Collor II, de janeiro de 1991, o cenário econômico mais favorável, com o retorno dos recursos externos em 1992 e a retomada do crescimento econômico e a perspectiva de queda da inflação, recomendando ampliar de imediato o crédito para não ter que fazê-lo sob as previsíveis restrições da fase inicial de um futuro programa de estabilização.

CARVALHO (2003, p. 01) ressalta, ainda, que a lucratividade média dos bancos brasileiros não se alterou com a queda da inflação em julho de 1994, no Plano Real. Tal desempenho não contrariou a certeza de que a inflação alta representava uma poderosa fonte de lucros para o setor bancário no país. A rápida adaptação dos bancos ao novo cenário trazido pelo Plano Real confirmou a capacidade de antecipar-se ao quadro de inflação baixa e às medidas do programa de estabilização.

Foram três fatores que explicaram o bom desempenho da maior parte dos bancos “a cobrança de serviços, ganhos em operações com moeda estrangeira e crescimento da receita de operações de crédito, pelo aumento tanto do volume quanto da margem de intermediação”. O primeiro era previsível. O segundo refletiu o posicionamento da maioria dos bancos quanto à política de câmbio e juros que seria

implementada, gerando lucros muito acima do esperado, com a imprevista valorização nominal do câmbio. No terceiro, as autoridades fizeram grande esforço para impedi-lo e os bancos conseguiram antecipar-se e contornar a escalada de restrições impostas na seqüência (CARVALHO, 2003, p. 04).

Ainda no raciocínio de CARVALHO (2003, p. 04), o aumento da receita de empréstimos pode não ter sido o principal fator para o ótimo desempenho dos bancos no “topo do ranking”, mas o foi para a maioria das instituições de médio e grande porte. Os ganhos proporcionados pela inflação aos bancos no Brasil foram muito elevados até meados de 1994.

3.1.2 Os ganhos inflacionários dos Bancos

Segundo CARVALHO (2003, p. 05), a inflação permite aos bancos um rendimento específico, oriundo da perda de valor real dos recursos neles depositados sem remuneração. Os pagamentos sobre os valores depositados não compensavam. “corrosão” do montante pela inflação, entretanto, os bancos incluíam esta compensação na taxa cobrada do tomador dos empréstimos por eles financiados, apropriando-se da diferença.

Seguindo ainda a idéia do autor do parágrafo anterior, a denominação “ganhos inflacionários” para tais rendimentos generalizou-se no Brasil. Os efeitos favoráveis da inflação para os bancos foram aumentados pelas políticas econômicas destinadas a amortecer os impactos da crise cambial sobre o setor privado.

A experiência brasileira “mostra a existência de relações entre inflação alta e sistema financeiro que diferem das normais e já conhecidas” (CARVALHO, 1992, p. 11). A inflação tende a trazer para os bancos ganhos excepcionais, mas também pode trazer riscos para a atividade bancária, dado o aumento da instabilidade macroeconômica e pelos efeitos imprevisíveis das medidas de estabilização. O caso brasileiro é particularizado pelo fato da persistência de lucros expressivos das instituições financeiras ao longo da década passada e início da atual, mesmo com a forte instabilidade e inúmeras guinadas da política econômica.

Mediante tal cenário, a tese de que o setor público, escolhido pelas suas dificuldades financeiras, teria expurgado o setor privado do mercado de crédito é defendida por diversas vezes. O aumento dos juros seria decorrente desta maior demanda do setor público pela "poupança escassa", dando lugar aos ganhos excepcionais dos bancos (CARVALHO, 2003, p. 15).

O cenário favorável da década de 1980 não conduziu os bancos ao "imobilismo". Grande parte deles desenvolveu estratégias de reorganização de sua atividade, de forma mais ou menos intensa. Para tanto, foi decisivo o impacto do Plano Cruzado, em 1986, quando ficou evidente a importância dos ganhos inflacionários e a necessidade de reversão rápida no caso de estabilização dos preços, especialmente nos bancos de varejo (CARVALHO, 2003, p. 17).

Segundo CARVALHO (2003, p. 18-19), nos últimos anos de alta inflação, o número de bancos tipicamente varejistas foi reduzido. Alguns buscavam obter perfis distintos, mantendo características de varejo, enquanto outros, mais drásticos, praticamente "expulsaram" os clientes de menor nível de renda. Grande parte dos bancos procurou desenvolver a prestação de serviços financeiros especializados, incluindo fundos de aplicação financeira, de ações, de renda fixa e de commodities e suas variantes, bem como a administração de carteiras individuais e a prestação de serviços de engenharia financeira, estruturação de empréstimos externos, fusões e aquisições.

CARVALHO (2003, p. 19) observa ainda que em muitos casos houve uma estratégia firme de na busca de novos nichos de mercado e concentrar esforços nos mesmos. A maioria dos bancos criados nos últimos anos da inflação alta tinha este perfil. Surgiram a partir de grandes empresas do setor produtivo, para operar seus recursos financeiros, ou de corretoras, ou eram filiais de grandes bancos estrangeiros.

Concomitantemente às mudanças na atividade bancária, observou-se significativo processo de diversificação patrimonial. Grupos controladores de grandes bancos passaram a investir em empresas do setor produtivo, com estratégias distintas, adquirindo, por exemplo, participações minoritárias, porém expressivas, de empresas líderes de seu setor de atividade. Outros bancos optaram por investir em empresas de

grande porte em áreas específicas. Alguns adquiriram empresas em privatização, nos leilões realizados no período de 1991 a 1994 (CARVALHO, 2003, p. 19).

QUADRO 1 – Receita Inflacionária dos Bancos – Brasil de 1990 a 1995

Anos	Receita inflacionária/PIB	Rec. Inflac./Valor da produção bancária
1990	4,0	35,7
1991	3,9	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,2	35,5
1994	2,0	20,4
1995	0,0	0,6

FONTE: BCB. Economia e Finanças. Notas Técnicas. N.38, Junho 2003. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?NOTASTEC>>

O Plano Real, que reduziu a inflação, diminuiu significativamente os ganhos inflacionários apropriados pelos bancos, como pode ser observado no Quadro 1. A receita inflacionária dos bancos chegou a patamares de 4% do PIB e representou aproximadamente 40% das receitas de intermediação financeira. Após 1994, observa-se que a receita inflacionária reduziu-se pela metade, 2% do PIB, assim como a receita de intermediação financeira, que representava 20%. Tal desempenho foi decorrente, principalmente, da trajetória dos bancos brasileiros na profunda crise dos anos 1980, quando conseguiram se fortalecer graças não só pelos próprios ganhos inflacionários, mas também pelos benefícios oportunizados através de políticas macroeconômicas do período (CARVALHO, 2003, p. 01).

3.2 ABERTURA DO SETOR AO CAPITAL ESTRANGEIRO

O aumento da participação estrangeira no sistema financeiro em países com economias em desenvolvimento apresentou-se como forte tendência na década de 1990, em especial em sua segunda metade. O ritmo da consolidação de instituições financeiras entre países aumentou nos últimos anos dessa década, e, mais recentemente, alcançou o mercado bancário varejista.

A internacionalização bancária é caracterizada não apenas por instituições financeiras que servem, sobretudo, clientes do país onde o banco encontra-se instalado, mas também por bancos que atuam na economia global, visando ampliar suas atividades nos mercados financeiros dos países hospedeiros, principalmente por meio da aquisição de participações de controle acionário majoritário ou da aquisição de participações minoritárias, não-controladoras (HIRSCHMAN, 2002, p. 157).

FARIA (2006, p. 09) afirma que a consolidação bancária brasileira, assim como em outros países da América Latina, teria sido do tipo “consolidação como resposta a estruturas bancárias frágeis”, uma vez que foi resultado de iniciativas tomadas do Governo Federal a partir do “distress” bancário do biênio 1995/96, particularmente através de programas voltados, especificamente, à reestruturação bancária (PROER e PROES) e, posteriormente, da flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiros.

Ainda segundo FARIA (2006, p. 09), assim como em outros países da América Latina (Argentina e México), a entrada de bancos estrangeiros no mercado bancário nacional, resultado do processo de expansão internacional de conglomerados financeiros e flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiros, foram fatores determinantes do processo de reestruturação bancária recente no país.

Particularmente, segundo FARIA (2006, p. 09), o caso brasileiro teve vigorosa reação dos bancos privados nacionais à entrada dos bancos estrangeiros, que participaram, inicialmente, de forma ativa da onda de fusões e incorporações, através de importantes incorporações e, a partir de certa retração dos bancos estrangeiros, comandando tal processo.

Os dois principais impactos da penetração de bancos estrangeiros em mercados nacionais, segundo PAULA (2002, p. 157), são:

a) os bancos domésticos são mais eficientes do que os bancos estrangeiros nos países desenvolvidos, mas são menos eficientes do que os bancos estrangeiros nas economias emergentes;

b) a entrada de bancos estrangeiros pode fazer com que os mercados domésticos sejam mais competitivos, forçando os bancos nacionais a trabalharem de forma mais eficiente e, ao mesmo tempo, a expandirem suas atividades.

PAULA (2004, p. 49) observou que crises bancárias, desregulamentação e globalização de serviços bancários acarretaram aumento expressivo na presença de bancos estrangeiros em economias emergentes na segunda metade dos anos 90. Assim, o processo de consolidação bancária foi acelerado na indústria bancária das economias emergentes, transformando uma indústria que, inicialmente, era muito protegida.

Dentro do contexto de abertura e seus resultados, VIDOTTO e CARVALHO (2006, p. 12) afirmam que o mercado de varejo brasileiro tornou-se atrativo durante a década de 1990, sob os critérios de que os principais fatores de atração de um mercado nacional estão ligados às expectativas de retornos e aos marcos regulatórios que definem a área de sua atuação, para os casos de bancos estrangeiros.

“Houve importante liberalização da entrada de bancos estrangeiros, bem como da movimentação de capitais. Embora o investimento direto no setor bancário continuasse dependendo de autorização do Presidente da República, a orientação do governo tornou-se favorável à entrada dos estrangeiros, em especial pela compra de bancos em dificuldades ou quebrados e também pela compra de instituições estaduais em processo de privatização. Outro elemento da regulação responsável pela atração de grandes bancos foi a progressiva liberdade de movimento de capitais, a qual confere importante diferencial aos bancos estrangeiros, perante os bancos locais, por sua expertise em transações nos mercados mundiais.” (CARVALHO, STUDART e ALVES JR., 2002, p. 30)

A liberalização da conta de capital no Brasil acelerou-se substancialmente ao final dos anos 1980, quando o governo adotou medidas que revogaram e eliminaram proibições, restrições e barreiras ao capital estrangeiro. Essa decisão do governo brasileiro de permitir, e de estimular, a entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico de varejo só tomou forma em agosto de 1995, coincidindo com a decisão do

governo de liquidar o Banco Econômico, primeiro dos grandes bancos privados a quebrar no Plano Real (CARVALHO, STUDART e ALVES JR., 2002, p. 28).

Segundo CARVALHO, STUDART e ALVES JR. (2002, p. 35), a diversificação de riscos, o temor de esgotamento das possibilidades de expansão no setor e a busca de especialização foram os determinantes do processo, entretanto, previsíveis. Nesse caso, pôde ser definido como consequência esperada da intensa acumulação de capital realizada pelos grandes grupos do setor nos anos 1980, capacitando-os a entrar em outros segmentos em posição muito sólida.

3.3 O AJUSTE DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

A década de noventa representou uma época de significativas transformações na economia brasileira, tais como a abertura comercial acelerada, a integração comercial no MERCOSUL, o processo de estabilização fundada nos juros elevados e câmbio valorizado, a crescente abertura e integração às finanças internacionais, as diversas faces do processo de reestruturação produtiva (as inovações tecnológicas, gerenciais e nas relações entre as empresas), as privatizações, as fusões e as aquisições são a marca deste período (DIEESE, 1999).

Dentro de uma breve contextualização (FARIA, PAULA e MARINHO, 2006, p. 07), o processo de reestruturação bancária acelerou-se nos países desenvolvidos na década de 80, alterando profundamente a natureza e a operação da indústria bancária. Essa desigualdade evidenciou-se nos anos de 1990 e, com a implementação do Plano Real, foi marcada pelo fim dos altos índices inflacionários, acarretando grandes mudanças na estrutura do sistema bancário brasileiro. Até então, os bancos obtinham grandes receitas por meio do *float* (receitas baseadas em obrigações de baixo custo) e *spread* (diferença entre as taxas de juros básica e as taxas finais), objetivando, estrategicamente, captar um grande volume de depósitos.

Liquidações, fusões e aquisições no setor bancário, concomitantemente com o fechamento de diversas filiais de bancos por todo país, fez com que o setor se concentrasse em regiões mais desenvolvidas, pois os banqueiros, ao instalarem suas

agências, procuram locais onde há um grande número de habitantes (fluxo de pessoas) e grande riqueza distribuída de forma igualitária. No período inflacionário observaram-se, no Brasil, grandes mudanças no setor bancário no que se refere a seu tamanho, dimensão e grau de concentração.

QUADRO 2 – ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO DE 1990 A 1994

Tipo de alteração	Quantidade
Transferência de controle	15
Cisões	03
Incorporações	34
Cancelamentos	04
Liquidações extrajudiciais	02
TOTAL	58

FONTE: BCB. Sistema Financeiro Nacional. Composição e Evolução do SFN. Relatório Consolidado de 1988 a 2000.

NOTA: Quadro extraído de KOERICH, Maria C. R. Munhoz. **A influência das regulamentações governamentais sobre o sistema bancário brasileiro após implementação do Plano Real**. Florianópolis, 2004.

Algumas características gerais do mesmo neste período são listadas por PAULA (1998, p. 03-04):

- a) elevada participação do sistema financeiro no PIB, o que expressa o grande crescimento do setor no período;
- b) maior participação do segmento público no sistema bancário;
- c) a amplitude da rede de agências bancárias;
- d) o elevado grau de concentração do setor. Essas características revelam a grande capacidade do setor bancário em “extrair vantagens de uma conjuntura de instabilidade macroeconômica.”.

No ano de 1988, uma nova reforma bancária foi realizada, desregulamentando o sistema financeiro e colocando fim na compartimentação legal existente através da extinção da exigência da carta-patente e criação dos bancos múltiplos. (PAULA, 1998, p. 04).

O objetivo principal da citada reforma era racionalizar o sistema financeiro e reduzir custos, obtendo maiores rentabilidades aos bancos por meio de fusões de

instituições. O que houve realmente foi a transformação de antigos conglomerados em uma única instituição múltipla (PAULA, 1998, p. 05).

A implementação do Plano Real, em 1994 trouxe profundas mudanças para o setor bancário. A estabilização da economia e a conseqüente queda da taxa de inflação fizeram com que o setor perdesse suas oportunidades de ganhos inflacionários. Um processo de ajustamento do setor à nova fase econômica. Em um primeiro momento, os problemas financeiros enfrentados pelo setor bancário devido à queda da inflação, foram neutralizados face ao forte crescimento econômico no segundo semestre de 1994. Houve, neste período, melhoria nos salários reais e diminuição de juros nominais, o que gerou crescimento no crédito ao setor privado.

Porém, a reversão do ritmo de crescimento em março de 1995, quando os efeitos da crise mexicana atingiram o país, segundo PAULA (1998, p. 20), influenciaram o governo a elevar a taxa de juro interna, acelerando o crescimento do crédito e levando a forte aumento da taxa de inadimplência. Tais fatos, adidos ao fim das receitas inflacionárias, colocaram o país sob o risco de uma crise bancária sistêmica, que foi evitada com o lançamento do Programa de Incentivos para Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER).

O fim do período inflacionário e a reestruturação do setor bancário trouxeram vários reflexos em relação ao volume do nível de empregos no setor. De acordo com VILHENA e SICSÚ (2004, p. 118), tornou-se preocupante para os bancários a trajetória do emprego nesse setor, uma vez que havia uma tendência crescente de abertura de postos de atendimento eletrônicos e uso de internet e telefone para a realização de transações, o que ocasionaria redução da necessidade de mão de obra.

Os bancos estatais e privados desempenharam papéis diferentes em cada momento. Enquanto os primeiros estiveram à frente na etapa de declínio, na etapa de recuperação a liderança coube aos privados, de forma que as respectivas participações relativas mudaram em favor destes últimos. Observa-se que o movimento de recomposição ocorre ainda na primeira metade da década: o volume de crédito efetivo dos bancos privados praticamente dobra entre 1991 e 1995, estagnando na seqüência.

ao passo que a oferta dos bancos públicos mantém-se por toda a década em níveis próximos aos de 1991 (VIDOTTO, 2002, p. 09).

Conforme VIDOTTO (2002, p. 14), a elevação no peso relativo do setor privado como demandante do crédito foi acompanhada da adoção de novos critérios de gestão, incluindo maior seletividade, a elevação do custo médio dos recursos e a retirada da cobertura de setores estratégicos ou fragilizados. A estabilização alcançada pelo plano Real atingiu com maior intensidade os resultados dos bancos mais dependentes dos ganhos inflacionários, onde se incluem os estatais federais.

Como resultado da mencionada consolidação bancária nos países desenvolvidos, observam-se uma diminuição na quantidade de instituições, um aumento no grau de concentração bancária na maioria dos países, uma diminuição no número de trabalhadores no setor (PAULA, 2002, p. 732).

O sistema bancário sofreu um intenso processo de reestruturação produtiva principalmente a partir do final dos anos 80. A abertura do mercado, a política neoliberal e os planos econômicos atingiram fortemente os bancos, obrigando-os a adotar novas estratégias de ação produtiva para sobreviver neste cenário competitivo, turbulento e globalizado. Os bancos, então, aceleram seus investimentos em automação, terceirizam seus serviços, reorganizam o processo de trabalho e adotam políticas de privatização.

A adaptação dos bancos ao novo cenário macroeconômico foi resultado de ações do Estado, ao criar novos espaços de valorização do capital, como a liberação da cobrança de tarifas bancárias, a expansão da dívida pública, que foi consequência direta da opção pela estabilização com âncora cambial e juros elevados e os incentivos e financiamento para a reestruturação administrativa e aquisição de bancos em dificuldades e de bancos públicos estaduais em processos de privatização.

A reestruturação que atinge o sistema bancário tem sido alvo de preocupação e luta de outros setores organizados da sociedade. Todo este cenário, que afeta o sistema bancário do país, é fruto da fragilidade financeira dos bancos para capitalizar recursos, fazer investimentos e competir neste novo mercado. A fragilidade financeira se revelou com intensidade principalmente após a implantação do plano de estabilização

econômica - Plano Real, em 1994, quando muitos bancos sobreviviam com os ganhos promovidos pelas altas taxas de inflação.

3.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA - CUSTOS, TECNOLOGIA E TERCEIRIZAÇÃO

O processo de reestruturação e modernização no setor bancário brasileiro iniciou-se ao final dos anos 70, sendo intensificado em meados dos 80 e acelerando bastante nos anos 90, causando profunda alteração nas características do trabalho. Assim, ao longo das duas últimas décadas, houve um processo de mudanças sucessivas no interior das empresas, dentre elas os bancos, que se referem tanto à adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, em graus variados de profundidade e extensão, quanto à percepção e reação dos atores envolvidos (ARAÚJO, CARTONI e JUSTO, 2001, p. 01).

Segundo ARAÚJO, CARTONI e JUSTO (2001, p. 01), na década de 90, a adoção de políticas neoliberais² promoveram a abertura comercial e a internacionalização da economia e aprofundaram o processo de introdução de inovações tecnológicas e de novos métodos de gestão da força de trabalho. Soma-se a isso, tentativas de desregulamentação do mercado de trabalho, principalmente mediante a flexibilização dos contratos. O conjunto de transformações teve como conseqüências sociais importantes a precarização e informalização do trabalho e o crescimento do desemprego, que ampliaram a fragmentação dos coletivos de trabalhadores e tiveram forte impacto sobre as relações de trabalho e sobre as organizações sindicais, refletindo-se, também, no setor bancário nacional.

NA década de 90, com a crescente concentração do capital financeiro e a desregulamentação do mercado decorrentes do papel central adquirido pelo sistema financeiro na nova dinâmica do capitalismo, o sistema bancário perdeu o monopólio

² Segundo ARAÚJO, CARTONI e JUSTO (2001, p. 01), entende-se por políticas neoliberais um conjunto de medidas econômicas baseadas no liberalismo econômico contemporâneo, com rejeição à intervenção estatal na economia, defendendo a superioridade do mercado a concorrência e a liberdade de mecanismos que garantem a soberania do consumidor, o aumento da riqueza e o desenvolvimento humano.

sobre o crédito e o sistema de pagamentos e, em consequência, a concorrência tornou-se muito mais acirrada (BRAGA, 1993).

Como consequências importantes deste processo, registra-se fechamento de um grande número de agências, reestruturação em um grande número das que restaram e a intensificação da terceirização de serviços bancários, modificando profundamente a configuração do setor, impactando sobre o emprego, alterando o tamanho e o perfil da categoria bancária (ARAÚJO, CARTONI e JUSTO, 2001).

Segundo PIRES (1997, p. 16), as políticas neoliberais desregulamentativas desenvolvidas no Plano Real ratificaram a incerteza gerada nos agentes produtores e agravaram o cenário recessivo do setor bancário, acelerando o processo de reestruturação inovativa dos bancos.

Como segmento do setor de serviços, o setor bancário representa um dos setores econômicos sempre à frente dos processos de automação e racionalização administrativa, de modo que as novas formas de gestão produtiva advindas de processos de reestruturação produtiva acabaram por acelerar tais processos (MONTEFUSCO, 2001, p. 02).

Ainda no raciocínio de MONTEFUSCO (2001, p. 03), a reestruturação bancária foi marcada, intensamente, pela redução dos postos de trabalho no setor, o que faz aumentar o quantitativo de atividades desenvolvidas pelos funcionários, e especialmente, os níveis de insegurança da categoria, reforçando a fragmentação e a segmentação da classe trabalhadora.

Nota-se, segundo MONTEFUSCO (2001, p. 03), que a automação dos bancos não apenas acelera a diminuição do controle dos bancários sobre o seu trabalho, como também altera a forma de relacionamento do cliente com o bancário, transformando, em grande parte, em uma relação “mecanizada”.

VILHENA e SICSÚ (2004, p. 129) explicitam que dado o aumento da concorrência e a necessidade de racionalizar os custos, resultantes do processo de reformulação, o setor bancário brasileiro também ampliou seus investimentos em tecnologia de informática e de telecomunicações.

Conforme VILHENA e SICSÚ (2004, p. 123), a produtividade bancária está fortemente ligada às idéias de desempenho, rendimento ou eficiência. A importância do estudo sobre a evolução da produtividade bancária é ressaltada pelo DIEESE (1998), tanto do ponto de vista dos banqueiros quanto dos bancários. Tal análise é importante aos donos dos bancos, pois o aumento da produtividade permite uma redução do custo unitário das transações bancárias, proporcionando maior margem de lucro.

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS BANCOS
BRASILEIROS (1994-1997)

Semestre/ Ano	Valor médio das operações de crédito (R\$milhões)	Número médio de bancários	Valor das operações de crédito por bancário (R\$ milhões)	Variação
01/94	206.098	652.347	0,316	Nd
02/94	197.743	634.726	0,312	-1,4%
01/95	212.646	609.846	0,355	14,0%
02/95	215.381	569.998	0,378	6,4%
01/96	231.337	541.718	0,427	13,1%
02/96	234.657	506.907	0,463	8,3%
01/97	233.094	485.060	0,481	3,8
02/97	238.339	467.228	0,510	6,1%

Fonte: Banco Central do Brasil (1998, CAGED/MTB, FGV³).

Elaboração: DIEESE – Linha Bancários

O Quadro 3, acima, mostra a evolução da produtividade nos bancos brasileiros, traçando um comparativo entre o valor médio das operações de crédito e o valor das operações de crédito por empregado (bancário). No primeiro semestre de 1995 e primeiro semestre de 1996, observa-se maior crescimento da produtividade, sendo 14% e 13,1%, respectivamente. Nota-se, nesse período, o resultado de dois fatores:

³ Extraído de: DIEESE - **Produtividade do Trabalho no setor bancário**, disponível em: < <http://www.dieese.org.br/bol/lpr/lpjun98.xml> > Acesso em 28 out. 2006.

uma queda brusca no número de bancários e um crescimento (mesmo que descontínuo) do saldo das operações de crédito (DIEESE, 1998).

Sob a ótica dos bancários, a busca por ganhos de produtividade é importante, porque ela tem acarretado importantes mudanças, tais como: eliminação de postos de trabalho no setor; introdução de novos equipamentos e novas formas de gestão da mão-de-obra, que modificaram a organização do processo de trabalho; disseminação de formas de remuneração baseadas em indicadores de desempenho e eficiência do trabalho (remuneração variável) e recusa patronal em aceitar as negociações coletivas que buscam relacionar aumentos salariais com produtividade (VILHENA e SICSÚ, 2004, p. 123).

Ainda segundo VILHENA E SICSÚ (2004, p. 123-124), “a análise da evolução da produtividade do trabalho também tem que ser vista sob outra ótica: a da sua influência sobre os custos administrativos dos bancos”. Quando registra-se uma melhora na performance (produtividade), tem-se o cenário de que os trabalhadores estão desempenhando seus papéis com maior eficiência, acarretando em uma redução dos custos bancários. Dado o peso que os custos administrativos representam, tal fato torna-se relevante, principalmente no que refere-se à composição do spread bancário. Observa-se que, à medida que a alta taxa de spread dos bancos brasileiros registrava queda ao final da década, a parcela dos custos administrativos que compunham a mesma também diminuía.

A implantação do Plano Real deu início a mudanças significativas nas formas de atendimento aos clientes nos bancos, dada a intensificação da concorrência entre os bancos na procura de clientes e negócios e também no quesito redução de custos. A difusão e otimização da tecnologia implantada se constitui em um dos importantes instrumentos viabilizadores destas políticas.

Após o segundo semestre de 1994, dada a estabilização da moeda, a inflação deixou de ser a principal fonte de lucratividade dos bancos, exigindo que novas estratégias fossem implementadas para a tentativa de manutenção elevados índices de rentabilidade obtidos até então. Tal período registra a disseminação dos processos de automação e de terceirização, juntamente com o fechamento de agências.

Conforme relata GARCIA (2001, p. 07), a terceirização no setor bancário brasileiro teve início em “áreas de apoio”, como limpeza, vigilância e transporte de valores, para, em seguida, avançar sobre as atividades vitais ao sistema financeiro, como processamento de dados, compensação e microfilmagem de cheques, tratamento de documentos contábeis e digitalizações, sendo possível registrar redução de custos e índices de produtividade mais elevados obtidos pelo uso das mesmas tecnologias implementadas tanto pelas empresas terceirizadoras como pelos bancos.

SEGNINI (1999, p. 193) diz que a intensificação do trabalho, jornadas de trabalho mais longas, horas extras, salários relativamente inferiores acabam por precarizar o trabalho em relação à mesma tarefa efetuada nos bancos. Há ainda, a permanente incerteza em relação à permanência no trabalho, colaborando para “precarização social”.

Entretanto, segundo SEGNINI (1999, p. 194) a elevada taxa de desemprego no setor possibilitou que bancários, anteriormente qualificados pelos bancos, fossem contratados pelas empresas terceirizadoras de serviços em condições precárias, sobretudo em relação aos direitos trabalhistas.

4 EVOLUÇÃO DO (DES)EMPREGO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

A categoria profissional dos bancários brasileiros reduziu-se em quase sua metade, nos últimos 10 anos. Contava, em janeiro de 1990, com cerca de 824.000 bancários. Em dezembro de 2000, o volume de emprego era de aproximadamente 401.000, segundo dados Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED).

Uma das conseqüências mais evidentes e dramáticas decorrentes das transformações no setor bancário é a acentuada redução de pessoal. No Quadro 4, pode-se observar o comportamento dos níveis de emprego nos bancos brasileiros ao longo da década de 1990:

QUADRO 4 – POSTOS DE TRABALHO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO (1989-2000)

Ano	Número de empregados ⁴
1989	824.316
1990	753.636
1991	700.217
1992	682.304
1993	671.740
1994	637.647
1995	571.582
1996	497.108
1997	463.330
1998	435.847
1999	414.803
2000	400.854

FONTE: Cadastro Geral dos Empregados (CAGED)⁵ e FEBRABAN⁶
Elaboração própria

No Brasil, observa-se a tendência de redução nos postos de trabalho. Em dezembro de 1989, o setor registrava 824.316 empregados e já no ano seguinte, registrou-se uma queda de 70.680 empregos (aproximadamente 8,6%). Comparando-

⁴ Número de postos de trabalho referentes à 31 de dezembro de cada ano, respectivamente.

⁵ Disponível em <http://www.caged.gov.br>.

⁶ Disponível em <http://www.fefraban.org.br>.

se os anos de 1990 e 2000, a redução é ainda mais drástica, representando cerca de 46,8% dos postos de trabalho do setor, o que corresponde a uma eliminação de 352.782 empregos.

Os dados do Quadro 4 destacam dois períodos distintos: entre 1990 e 1991, com a queda momentânea da inflação e a abertura da economia, os bancos reduziram aproximadamente 7,1% do total de empregados no setor; a partir da implantação do Plano Real, em 1994, as demissões se intensificaram e 34.093 postos de trabalho foram reduzidos em comparação com 1993. Assim, no período de cinco anos entre o início do plano e o final de 1999, deixaram de existir 222.844 postos de trabalho, uma redução de aproximadamente 35%.

Conforme já retratado por GARCIA, (2001, p. 07), a redução de pessoal está associada ao aumento da terceirização no setor, que teve início pelas atividades não-bancárias – limpeza, segurança, manutenção de prédios, transporte de malotes, restaurantes –, mas que se estendeu a outras áreas fora do foco central – a área de negócios – e que, portanto, não agreguem valor à atividade bancária.

LARANGEIRA (1997, p. 134) destaca que o significativo volume de demissões nos bancos brasileiros, conforme dados do Quadro 4, relaciona-se ao fenômeno de queda da inflação: auges de demissão associam-se à implantação dos planos econômicos que produziram redução da inflação. Assim, o primeiro momento de crescimento das demissões verifica-se em 1986, após o Plano Cruzado; o segundo momento coincide com o chamado Plano Collor e o terceiro, com a implantação do Plano Real.

Segundo NETZ (2005, p. 11), a estabilização econômica exigiu que diversas medidas fossem adotadas, tornando possível a redução de custos operacionais nos bancos. Mais de mil agências foram fechadas e foram eliminados milhares de postos de trabalho. O investimento nas novas tecnologias da informação, automação de “retaguarda”, reduziram o manuseio de papéis. Do Plano Cruzado até 1993 os bancos eliminaram 230 mil postos de trabalho. O período de grande quantidade de demissões também foi o período que grandes investimentos em tecnologia.

SEGNINI (1999, p. 186) destaca que com a estabilização da moeda implementada pelo Plano Real em 1994, o Banco Central deveria promover a reestruturação do sistema financeiro, procedendo a três formas de ajuste. O primeiro diminuía o número de empresas através de fusões, incorporações, privatizações e falências.

LARANGEIRA (1997, p. 111) mostra que ocorreu uma internacionalização crescente da atividade bancária a partir do aumento das trocas internacionais e dos investimentos estrangeiros. A entrada dos bancos estrangeiros, com formas de reestruturação diferenciadas, provoca competição com as instituições brasileiras, estas deveriam atingir maior eficiência e modificar a sua organização e gestão do trabalho. O setor bancário brasileiro precisou efetuar os ajustes acima citados para sua completa inserção no sistema financeiro mundial.

O setor bancário brasileiro começou a ser reestruturado a partir do início da década de 1990. O fim das altas receitas geradas no período inflacionário, efeito da estabilização econômica, obrigou os bancos a racionalizarem seus custos. Aliado a esse fator, a reforma financeira promoveu um processo de privatizações e fusões e permitiu a entrada de bancos estrangeiros no País. Conseqüência desse processo de reestruturação foi o fechamento de agências, a realização de investimentos em tecnologias de informática e telecomunicação. A redução do número de trabalhadores dos bancos foi uma conseqüência direta dessa diminuição de custos, do aumento da automação e dos processos de fusões e privatizações (VILHENA e SICSÚ, p. 139).

Os grandes bancos de varejo que dominam o mercado bancário nacional foram constituídos antes de 1969. Isto significa dizer que mesmo com uma presença mais marcante do capital estrangeiro e um intenso processo de fusões e aquisições no setor, o mercado bancário no Brasil ainda preserva, na liderança do mercado, as instituições com mais de 30 anos de operação (SEADE⁷, p. 397).

Dados do Banco Central demonstram que os 31 bancos criados antes de 1969 representavam 81% do total de ativos e respondiam por 76% do pessoal ocupado, no setor, em 2001. O setor bancário brasileiro foi estruturado a partir de 1964, com base

⁷ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/bancos.pdf>.

em um conjunto de leis para o sistema financeiro. Apenas cinco bancos foram criados no período de 1970 a 1979, o que se explica, em grande medida, pela exigência das cartas patentes, o que dificultou a criação de novos bancos. No período de 1980 a 1989, foram criados 21 novos bancos. A legislação de 1988 sobre os bancos múltiplos contribuiu para a expansão do setor. Bancos novos foram criados especialmente no final da década de 80 e início da década de 90. Na década de 90, foram 31 novos bancos (SEADE, p. 396-397).

Com relação à entrada dos bancos estrangeiros, é necessário inseri-la em um contexto mais amplo de reestruturação patrimonial do setor. Tal reestruturação no setor financeiro engloba vários aspectos, como a entrada dos bancos estrangeiros, a privatização (aquisição dos bancos estaduais pelos privados) e o processo de fusões e aquisições. De modo geral, a grande reestruturação patrimonial do setor não foi predominantemente acompanhada de alteração na origem de capital (SEADE, p. 26).

Conforme JINKINGS (2001, p. 04), as fusões, incorporações e privatização ou liquidação de bancos estatais, que fortaleceu o grande capital privado estrangeiro e nacional, resultou na rápida redução da quantidade de instituições e dependências bancárias no país e na demissão em massa de trabalhadores. Ao mesmo tempo, as medidas de reorganização do trabalho nos bancos transformam as agências bancárias em pequenas lojas eletrônicas de serviços financeiros e desativam grandes centrais de serviços, compensação e processamento de dados, terceirizando ou demitindo a força de trabalho vinculada a funções mais normatizadas, substituíveis pelos processos automatizados.

O processo de automação bancária teve início na década de 60, quando os bancos instalaram seus primeiros computadores e, posteriormente, já em meados da década, introduziram os mainframes, que eram equipamentos com a capacidade de armazenar informações recolhidas diariamente. Esses equipamentos tiveram sua demanda estimulada pela necessidade de processamento do expressivo volume de documentos relacionados às operações realizadas pelas agências e centrais. Nesse período, a entrada de dados e seu processamento eram centralizados num único centro de processamento de dados - CPD, para onde a movimentação diária das agências era

remetida a fim de serem processadas e devolvidas a elas no dia seguinte (SCHMITZ e MAHL, 2000, p. 72-73).

Ainda segundo SCHMITZ e MAHL (2000, p. 73), apesar de a introdução do CPD ser um grande avanço, muitas vezes apresentava problemas, pois o acúmulo de dados sobrecarregava o sistema, provocando atrasos no envio das informações às agências. Na tentativa de solucionar os problemas, os bancos implantaram, em meados da década de 70, subcentros de entrada de dados que tinham a missão de filtrar os dados e, em seguida, devolvê-los ao CPD. Esses subcentros funcionavam como um local de manipulação dos dados, coletando, armazenando e remetendo-os em seguida para o CPD. Era uma boa alternativa ao aumento do número de CPDs, porém significava um custo extremamente elevado para solucionar o problema da expansão do número de agências no espaço geográfico.

Conforme relatam SCHMITZ e MAHL (2000, p. 73-74), a evolução do sistema configurou-se em estruturas mais eficientes, nas quais a entrada de dados e grande parte do processamento eram feitos nas agências. Mesmo gerando um aumento de custos inicialmente, esse processo não representou problema capaz de impedir os bancos de continuarem investindo na automação, ainda que esta fosse parcial e não se mostrasse eficiente em termos de custo nas primeiras etapas. Tais etapas, no futuro, mostrariam-se indispensáveis na execução dos processos e, conseqüentemente, na produtividade do trabalho.

A qualidade dos serviços bancários prestados acaba por basear-se na capacidade de colocar à disposição dos clientes um sistema on-line em tempo real integrado, interativo e descentralizado. Os bancos visam manter suas agências cada vez mais independentes e orientadas para o cliente, sua posição competitiva passa a depender do oferecimento ao cliente, em casa ou em local de trabalho, de informações completas que possam capacitar a tomada de decisões nos negócios em relação ao maior número possível de produtos (SCHMITZ e MAHL, 2000, p. 76).

O sistema brasileiro foi um dos pioneiros na tecnologia bancária. Seu início ocorreu em um período relativamente curto e com grande aporte de recursos. As condições relacionadas à situação macroeconômica e monetária do país motivaram

este processo. As altas taxas de inflação aumentavam a necessidade tanto de captar mais – o que ocorreu com a abertura sistemática de novas agências – como de administrar rigorosamente no dia-a-dia este imenso volume de recursos. A definição do contexto e das principais características do desenvolvimento da tecnologia bancária serve de base para identificar a tecnologia do setor bancário no período recente (SEADE, p. 401-403).

“A difusão de tecnologia bancária no Brasil intensificou-se nos anos noventa, bem como houve mudança no patamar tecnológico, com sofisticação dos sistemas e dos serviços oferecidos pelo banco. Além disso, houve um aumento na associação entre telecomunicações e tecnologia bancária na prestação dos serviços pelos bancos. Em paralelo a isto, os condicionantes macroeconômicos fizeram mudar tanto a forma de atuação dos bancos no Brasil, de modo geral – em decorrência do fim do período de inflação alta – como o próprio papel da tecnologia no setor bancário, que deixa de ser um recurso para melhor gerenciar recursos e passa a constituir-se como barreira a entrada.” (MARINHO, 2001)

Como mencionado anteriormente e citado por vários autores, consequência de todo o processo de reestruturação, o setor bancário vem promovendo, há mais de uma década, alterações importantes nas questões ocupacionais, tanto no que diz respeito ao número de postos de trabalho quanto às qualificações e aos requisitos de contratação. São diversos os fatores que contribuíram para tais fatos.

Conforme apontado pelo SEADE (p. 409-410), três fatores são importantes. O primeiro fator é o tecnológico, que inclui o processo de automação bancária e a tecnologia voltada para o auto-atendimento. Nos últimos anos, o chamado desemprego tecnológico (originado da introdução de tecnologia no setor) teve um peso menor na redução do número de empregos no setor do que há uma década.

O segundo fator está associado à terceirização. Diversas áreas dos bancos foram terceirizadas (transportes, limpeza, segurança), reduzindo os postos de trabalho à disposição dos bancários. As atividades em que a terceirização ocorreu de forma mais intensa foram aquelas que não constituem o “negócio bancário” propriamente dito.

Já o terceiro fator, considerado mais significativo, ocorreu no período de 1995 a 2001 e está relacionado à reestruturação do setor. O grande número de fusões e aquisições contribuiu para uma revisão geral das estruturas dos bancos, redefinindo

postos de trabalho e qualificações exigidas. Outros fatores que podem ter contribuído para as alterações no mercado de trabalho do setor bancário estão associados, de modo geral, à busca de eficiência, envolvendo redução de custos (SEADE, p. 410).

A reestruturação bancária acarretou em redução de aproximadamente 15% do número de bancos entre os anos de 1993 e 1998, conforme Quadro 5 abaixo, quando se passou de 244 para 208 instituições bancárias. Nesse mesmo período, o número de agências foi reduzido em torno de 6%, passando de 17194 em 1993 para 16158 em 1999. O número de municípios brasileiros sem agências reduziu-se em 595 cidades, passando de 5011 municípios em 1994 para 5605 em 1999. Neste mesmo período, a quantidade de instituições estrangeiras instaladas no país teve um acréscimo de cerca de 8%, passando de 69 para 75 empresas em 1999. Entretanto, a reestruturação não se deu somente no âmbito das macro estratégias (fusões, aquisições e abertura/fechamento de agências), mas, também, alterando as formas de organização do trabalho, viabilizando a terceirização de tarefas não ligadas à atividade principal (SCHMITZ e MAHL, 2000, p. 79-80).

QUADRO 5 – NÚMERO DE BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS
NO BRASIL 1993 A 1998

Bancos	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Grande Porte	27	29	29	27	28	22
Médio porte	59	64	58	54	52	49
Pequeno porte	50	51	55	55	51	49
Microporte	81	78	78	76	68	69
Sem carteira comercial	25	22	24	18	17	17
Caixas Econômicas	2	2	2	2	2	2
TOTAL	244	246	246	232	218	208

FONTE: Cadin-Deorf/Copec

NOTA: Quadro extraído de: SCHMITZ, Arno; Mahl, Alzir Antônio. **Reestruturação E automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90.** Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 8, n.15, p. 67-82, novembro de 2000.

De acordo com os estudiosos do tema, a conclusão é que a automação bancária acabou por beneficiar as instituições, pois reduziu o impacto das quedas nas taxas de lucro no período de transição para a economia com estabilidade monetária. Entretanto, a reestruturação promoveu uma série de ajustes dentro do sistema financeiro e das

instituições, que resultaram em um mercado mais concentrado, porém mais competitivo, no sentido de que a disputa por clientes tornou-se mais efetiva (SCHMITZ e MAHL, 2000, p. 80).

Ainda segundo SCHMITZ e MAHL, (2000, p. 79-80), a reestruturação e a automação bancária resultaram em uma redução considerável do número de empregos no setor (aproximadamente 47% na década de 1990) e na elevação dos padrões de exigência quanto à mão-de-obra, promovendo a permanência e a contratação de mão-de-obra mais qualificada, capaz de absorver as novas tecnologias e atender às novas formas de organização do trabalho e suas relações de produtividade.

A reestruturação do sistema bancário nacional teve como objetivo inicial enfrentar o novo ambiente financeiro mundial. Um cenário de grande aumento de liquidações, fusões ou incorporações e privatizações de instituições bancárias, que expandiu-se no mundo capitalista avançado na década de 1980 e atingiu grande parte de países nos anos 90, dentre eles o Brasil. Tais movimentos, juntamente aliados a medidas de racionalização produtiva, significaram índices crescentes de desemprego e subemprego e intensificação do trabalho (aumento da produtividade) para os trabalhadores bancários.

CONCLUSÃO

O sistema financeiro brasileiro passou por diversas adaptações, reestruturando-se internamente, dados os acontecimentos nacionais e internacionais ocorridos ao longo dos anos 90 (e também final da década de 80), como os planos de estabilização econômica, em especial os planos Cruzado e Real, e a globalização do sistema financeiro internacional, provocando maior concorrência no mercado bancário nacional.

A segunda metade da década de 80 foi essencial para o comportamento adotado pelo sistema financeiro nacional nos anos seguintes. O Plano Cruzado proporcionou drástica redução nos índices inflacionários e fez com que os bancos se reorganizassem para adaptarem-se a um cenário econômico de inflações extremamente baixas, se comparadas aos períodos anteriores.

A globalização do sistema financeiro trouxe consigo uma variável importante: a tecnologia. Os processos de automação adotados acentuaram-se ao longo dos anos noventa, incorporando novas tecnologias e proporcionando, aos bancos, aumento de produtividade e redução de custos, um dos principais objetivos do setor, já que os ganhos inflacionários de anos anteriores já não se faziam presentes.

A década de 1990 pode ser vista como um marco na história nacional, uma vez que as intensas e diversas mudanças na estrutura produtiva da economia nacional originaram um processo de modernização da economia.

O processo de reestruturação sofrido pelo setor bancário nacional provocou redução no número de agências e o fechamento de diversos bancos. Essa reformulação no quantitativo de agências e bancos deu-se, principalmente, pela entrada de bancos estrangeiros, que participaram de processos de aquisição, incorporação e fusão com diversos bancos nacionais.

A entrada de bancos estrangeiros no cenário nacional obrigou os bancos domésticos a modernizarem o sistema bancário nacional, através de inovações financeiras, aumento de produtividade e redução de custos.

Esse processo de reestruturação do setor bancário brasileiro (queda no número de agências, fechamento de bancos, aumento da automação bancária) teve reflexos profundos sobre o nível de emprego bancário, provocando um grande número de demissões no setor.

O aumento nos níveis de desemprego do setor bancário nacional está intimamente ligado às mudanças na estrutura produtiva pelas quais passou o sistema financeiro nacional, em especial nos bancos. A eliminação dos postos de trabalho e os ganhos de produtividade incorporados pelos bancos caracterizam o desemprego estrutural sofrido pelos bancários nacionais.

As mudanças no processo produtivo, a terceirização de serviços como a compensação de cheques, digitação de dados, vigilância e limpeza, bem como a modernização tecnológica, aliadas à inovação (originada da concorrência entre os bancos domésticos e estrangeiros) caracterizaram a redução dos postos de trabalho.

Durante a década de 1990 (de dezembro de 1989 a dezembro de 1999), observase uma retração de, aproximadamente, 49,6% nos postos de trabalho do setor bancário brasileiro, representando a eliminação de cerca de 409.500 postos de trabalho.

A busca constante pela redução de custos, grandes investimentos em automação bancária, terceirização e processos de fusão, incorporação e privatizações foram causas diretas da conseqüente redução dos postos de trabalho do sistema bancário nacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro; CARTONI, Daniela Maria; JUSTO, Carolina Raquel D. Mello. **Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n 45. São Paulo, 2001.

BAER, W.; NAZMI, N. **O sistema bancário: privatização e reestruturação**. In: BAER, W. A Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças**. Notas Técnicas, n. 38, junho 2003. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?NOTASTECH>. Acesso em: 24 set 2007.

BATISTA JR, Paulo N. **O Brasil depois do Plano Real**. In: Revista Economia Aplicada, São Paulo, FEA/USP-FIPE, 1999.

BRAGA, José Carlos de Souza. **A financeirização da riqueza**. In: Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da Unicamp. São Paulo, 1993.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em <http://www.caixa.gov.br>. Acesso em 24 set 2007.

CARVALHO, Carlos E. **As Dimensões do Sistema Bancário no Brasil**. In: São Paulo em Perspectiva, v. 6, n.3. São Paulo, 1992.

CARVALHO, Carlos E. **Bancos e inflação no Brasil: Da crise dos anos 1980 ao Plano Real**. São Paulo, 2003.

CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério; ALVES JR., Antônio José. **Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente**. Texto para discussão n. 882, IPEA, maio 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação**. In: Economia, Sociedade e Cultura, Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIEESE. **Bancos (e finanças) no Brasil: Reestruturação e tendências 4**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/bol/esp/estmai99.xml>> Acesso em: 28 out. 2006.

DIEESE. **Evolução recente do emprego bancário no Brasil**. - Estudos e Pesquisas, junho de 1998. Disponível em <http://www.dieese.org.br>. Acesso em: 28 out. 2006.

DIEESE. **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos** – Disponível em: <<http://www.DIEESE.org.br/esp/estjul97.xml>> Acesso em: 03 jun. 2006

FARIA, João Adelino de; PAULA, Luiz Fernando de; MARINHO, Alexandre. IPEA: **Fusões e aquisições bancárias no Brasil: Uma avaliação da eficiência técnica e de escala**. Texto para discussão n. 1233. Rio de Janeiro, 2006.

GARCIA, Maria de Fátima. **Ajuste estrutural, mudança tecnológica e Relações de Trabalho no Brasil nos anos 90: os metalúrgicos do ABC Paulista e o setor bancário brasileiro** – Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet>. Acesso em: 28 ago. 2007.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **A trajetória recente dos grandes grupos financeiros na economia brasileira**. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas. Acesso em: 03 jun. 2006.

HIRSCHMAN, Alberto O. As paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes de seu triunfo. Revista de Economia Política, vol. 23, ano 2. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.

JINKINGS, Nise. Os trabalhadores bancários em face a reestruturação do capitalismo contemporâneo. PPGSP/UFSC. Cadernos de pesquisa n. 28. Agosto de 2001.

KOERICH, Maria Cristina Reichardt Munhoz. A influência das regulamentações governamentais sobre o sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real. Florianópolis, 2004.

LACERDA, Antônio Corrêa de; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. Economia Brasileira – São Paulo, Ed. Saraiva, 2 Edição, 2003.

LARANGEIRA, Sônia M. G. Reestruturação produtiva no setor bancário: A realidade dos anos 90 – Educação e Sociedade, ano XVIII, n 61, dezembro de 1997.

LARANGEIRA, S.; FERREIRA, V. Excluídos e Beneficiários dos Processos de reestruturação: estudo comparativo da regulação do emprego no sector bancário em Portugal e no Brasil. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 2000.

MARINHO M. R. N. A difusão de tecnologia na informação no setor bancário nos anos noventa. Projeto FAPESP, 2001.

MONTEFUSCO, Carla. Os impactos da Reestruturação Produtiva no Processo de Mudança Organizacional do Setor Bancário Cearense: Um estudo de Caso do Banco do Brasil. Anais do I Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa. Ceará, 2001.

NETZ, Sônia Rosane. **Novas tecnologias da informação: suas influências no trabalho bancário.** Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br/txt/netz.doc>>. Acesso em: 24 set. 2007.

PAULA, Luiz Fernando de. **Consolidação bancária: tendências recentes nos países desenvolvidos e na União Européia.** In: Ensaio FEE, v. 23, p. 731-760. Porto Alegre, 2002.

PAULA, Luiz Fernando de. **Determinantes e impactos da recente entrada de Bancos Europeus no Brasil.** In: Economia, v. 30, n. 2, p. 35-77. Curitiba, Editora da UFPR, 2004.

PAULA, Luiz Fernando de. **Tamanho, dimensão e concentração do Sistema Bancário no Contexto de alta e baixa inflação no Brasil.** In: Nova Economia, v.8, n.1. Belo Horizonte, 1998.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reestruturação Inovativa e Reorganização das Instituições Financeiras do Setor Privado no Brasil.** Revista Geouerj, n 02, p. 65-79. Rio de Janeiro, 1997.

POSSAS, Sílvia. **Concorrência e Inovação.** In: Economia da Inovação Tecnológica. Editora Hucitec. Ordem dos Economistas do Brasil. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Paulo de Tarso. **Modelo de Gestão Integrada de Canais de Distribuição em Bancos de Varejo através de Indicadores.** Florianópolis, 2004. Disponível em <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7434.pdf>>. Acesso em: 24 set 2007.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 19 Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2002.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de dados**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/bancos.pdf>> Acesso em: 24 set. 2007.

SEGNINI, Lílian R. P. **Reestruturação nos bancos no Brasil: Desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho**. in: Educação & Sociedade. Campinas: CEDES, 1999.

SCHMITZ, Arno; MAHL, Alzir Antônio. **Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90**. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v.8, n. 15, p. 67-82, novembro de 2000.

SILVA, L. H. da. **Automação**. in. Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMONETTO, Márcio Luiz; TRICHES, Divanildo. **A análise da condução da política monetária após a implementação do Plano Real: 1994 a 2004**. Rio Grande do Sul, 2005.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **A Herança Schumpeteriana**. In: Economia da Inovação Tecnológica. Editora Hucitec. Ordem dos Economistas do Brasil. São Paulo, 2006.

VILHENA, Fernanda e SICSÚ, João. **Mapeamento da produtividade do trabalho nos bancos brasileiros**. Ensaio FEE, v. 25, n. 1, p. 115-144. Porto Alegre, abr. 2004. Disponível <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/mapeamento_da_produtividade_do_trabalho.pdf> Acesso em: 20 abr. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Sistema de Bibliotecas. Livros 2, 6, 7, 8 e 9. Curitiba, Ed. Da UFPR, 2000.

VIDOTTO, Carlos Augusto. **Reestruturação patrimonial e financeira dos bancos federais e a trajetória econômica dos anos 90**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em < http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_55.pdf > Acesso em: 20 abr. 2007.

VIDOTTO, Carlos Augusto e CARVALHO, Carlos Eduardo. **Abertura do Setor Bancário ao Capital Estrangeiro nos anos 1990: Objetivos e retórica do governo e dos banqueiros**. São Paulo, 2006.

ANEXO I

Evolução da Rede de Atendimento Bancário - 1994 a 2003

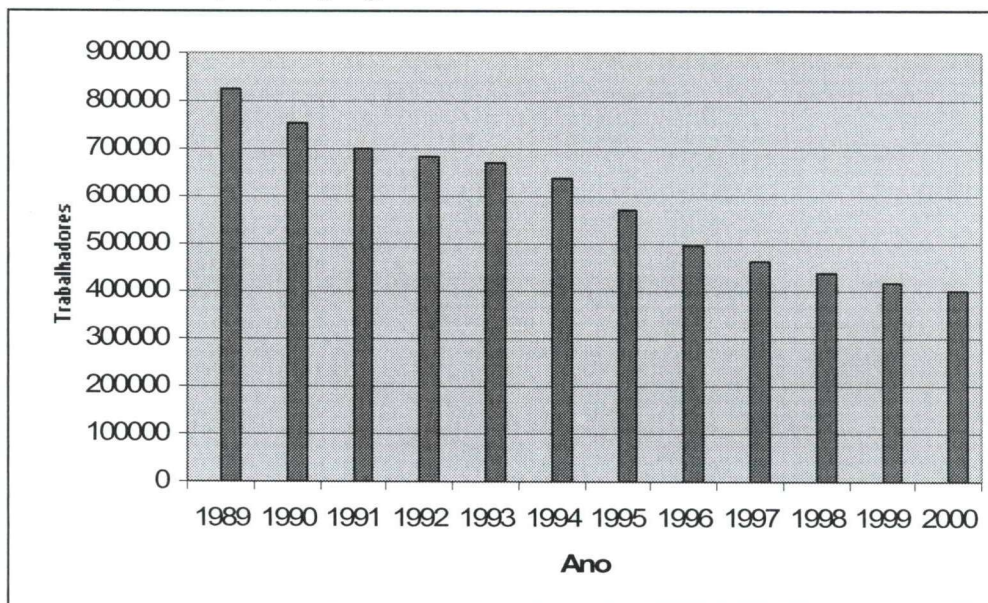
Período	Número de bancos	Rede Física			Rede Eletrônica		Total
		Agências	Postos de Atendimento Convencional	Correspondentes Bancários	Rede Individual	Rede Compartilhada	
1994	246	17400	12461	-	2874	572	33307
1995	242	17181	11721	-	3922	674	33498
1996	231	16583	10587	-	4841	696	32707
1997	217	16255	9963	-	6015	744	32977
1998	203	16002	7719	-	6709	1010	31440
1999	194	16189	9196	-	10808	1369	37562
2000	193	16396	8223	5976	12681	1772	45048
2001	181	16841	8339	8118	14923	1825	50046
2002	167	17049	8021	14149	20340	2081	61640
2003	163	16829	7828	15874	22151	2216	64898

Fonte: BACEN - Disponível em www.bcb.gov.br

Nota: Tabela extraída de RODRIGUES, Paulo de Tarso. **Modelo de Gestão Integrada de Canais de Distribuição em Bancos de Varejo através de Indicadores**. Florianópolis, 2004

ANEXO II

Evolução do (des)emprego no setor bancário brasileiro – 1989 a 2000



FONTE: Cadastro Geral dos Empregados (CAGED)⁸ e FEBRABAN⁹
Elaboração própria

⁸ Disponível em <http://www.caged.gov.br>.

⁹ Disponível em <http://www.fefraban.org.br>.

ANEXO III

LOTÉRICAS REALIZAM 210 MILHÕES DE TRANSAÇÕES BANCÁRIAS¹⁰

Brasília, 11 de Maio de 2001

A rede de casas lotéricas da Caixa Econômica Federal conseguiu, em apenas quatro meses, realizar 209,6 milhões de operações em serviços como depósitos e saques de conta corrente e poupança, pagamento de aposentadoria e de benefícios do PIS, consulta de saldo via cartão, além do tradicional recebimento de contas públicas (água, luz, telefone, tributos etc). "Os resultados mostram que as lotéricas desempenham um papel fundamental na prestação de serviços bancários, principalmente para a população de mais baixa renda que não tem acesso aos bancos", diz o diretor de Serviços Financeiros da Caixa, Luiz Francisco Monteiro de Barros. Do ano passado para cá, a rede de lotéricas cresceu 40,3%, passando das 6.055 lojas em janeiro do ano passado para as 8.500 existentes hoje em mais de 3.500 municípios.

O número de operações, registrado entre janeiro e abril último, corresponde a 37,4% das operações realizadas em todo o ano 2000 na rede de lotéricos. Abril também registrou 1,2 milhão de depósitos em conta corrente e poupança da Caixa, ou 2.300 depósitos a mais que os realizados em todo o ano passado. A maioria dos serviços prestados hoje nas lotéricas foram lançados a partir de maio de 2000.

O grande destaque permanece com o pagamento de contas. Mais de 200 milhões de contas foram pagas nos lotéricos nesses quatro primeiros meses do ano. As casas lotéricas são responsáveis pelo recebimento de mais da metade das contas pagas em toda a rede bancária do país, com um volume mensal médio de 50 milhões de documentos recebidos.

¹⁰ Disponível em http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=470

ANEXO IV

REDE DE ATENDIMENTO (ATUALIDADES) – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL¹¹

A rede de atendimento da CAIXA, presente em todos os municípios brasileiros, chegou, em 30 de junho de 2005, a 17,53 mil pontos de atendimento (8,90% mais que em junho/2004), em que foram realizadas 1,21 bilhão de transações bancárias, assim distribuídas:

Rede Física - Tipo de Unidade	Quantidade de unidades	Quantidade de transações bancárias (em milhões)
Agências e Postos de Atendimento Bancário - PAB	2.274	231,43
Postos de Atendimento Eletrônico - PAE	1.059	31,14
Correspondentes Bancários - Casas Lotéricas	8.869	530,51
Correspondentes Bancários - Demais estabelecimentos	3.491	25,80
Salas de Auto-Atendimento	1.840	394,95
Totais	17.533	1.213,83

Nas casas lotéricas, a quantidade de transações bancárias registrou um crescimento de 14% quando comparados este semestre com o mesmo de 2004, destacando-se, pela sua relevância social, a crescente preferência da população brasileira por este canal para quitar as suas contas de energia elétrica, água, telefone, bem como para recebimento dos benefícios do Governo Federal.

¹¹ Disponível em www.caixa.gov.br – Lucro da CAIXA no primeiro semestre supera R\$900 milhões.